

A PAZ DE BREST DE 1918 E SUA REPERCUSSÃO SOBRE O CÁUCASO DO SUL

Alexander Zhebit¹

Resumo

A Paz de Brest (1918), conhecido por tirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial, vislumbra-se como acontecimento histórico muito mais abrangente do que se depreende meramente do seu impacto militar, quando visto sob a luz do paradigma da “revolução mundial” ou através da ótica oficial soviética de um “fôlego” na guerra. Fundamental tanto para ser um motivo para o desmembramento da Rússia no fim da Primeira Guerra Mundial, quanto para contribuir para a eclosão da Guerra Civil e a intervenção estrangeira na Rússia (1917-1922), a Paz de Brest apresenta-se ainda como justificativa legal para separatismos em todo o território do antigo Império Russo. As independências das Repúblicas transcaucasianas, que desde então se transformaram em zonas de intervenção e de ocupação, primeiro, da Turquia e da Alemanha, e depois, da Inglaterra, e que tinham como causas a paz da Rússia com as potências centrais e o seu conseqüente abandono dos povos nos territórios, ocupados pelos intervencionistas ou combatidos pelos movimentos de oposição ao poder soviético, são exemplos deste impacto.

Palavras-chave: A Paz de Brest; a Primeira Guerra Mundial; a Guerra Civil na Rússia (1917-1922); a intervenção estrangeira da Rússia (1917-1922); o Cáucaso do Sul (Transcaucásia).

Abstract

The Peace of Brest (1918), a.k.a. for pulling Russia out of World War I, is seen as a historical event far more comprehensive than it is derived from its mere military impact, when seen in the light of the paradigm of “world revolution” or through the official Soviet optics of a “breath” in the war. Fundamental both as a motive for the dismemberment of Russia at the end of World War I, and as a contribution to the outbreak of the Civil War and to the foreign intervention in Russia (1917-1922), the Peace of Brest also presents itself as a legal justification for separatism throughout the territory of the former Russian Empire. The independence of the Transcaucasian Republics, which since then became zones of intervention and occupation, first, by Turkey and Germany, and afterwards, by Great Britain, and that were caused by this Russian peace with the Central Powers and its consequent abandonment of the peoples in the territories occupied by the interventionists or fought by the movements of opposition to the Soviet power, are examples of this impact.

Keywords: The Peace of Brest; World War I; Civil War in Russia (1917-1922); Foreign Intervention in Russia (1917-1922); Southern Caucasus (Transcaucasus).

1. Professor associado, doutor em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: alex@cfch.ufrj.br

1. Introdução

Os três primeiros Decretos do governo bolchevique da Rússia em outubro-novembro de 1917 legitimaram as três revoluções que já estavam acontecendo na Rússia, desde a revolução de fevereiro. O Decreto da Paz legalizou a revolução dos soldados contra a guerra, o Decreto da Terra legitimou a revolução dos camponeses pela distribuição da terra e a Declaração sobre os Direitos do Povos da Rússia proclamou a autodeterminação dos povos, até a completa secessão.

Os apoiadores nos governos provisórios de levar a guerra ao fim vitorioso perderam o terreno político, econômico e popular ainda antes da conquista do poder pelo partido bolchevique. O Decreto da Paz, primeiro documento do novo governo, oficializou armistícios entre a Rússia e as potências centrais, estabelecidos *de facto* em diferentes períodos de 1917, tanto na parte europeia quanto asiática, e conclamou para a realização imediata de negociações de “paz democrática”. O apelo à paz refletiu, por um lado, o estado crescente de decomposição das forças armadas russas, influenciadas pela propaganda pacifista de sociais-democratas, mas, sobretudo, cansadas do esforço de guerra e das perdas territoriais e humanas sofridas, e, por outro, a condição de desgaste das forças inimigas e a intenção das potências centrais de tirar a Rússia do conflito. O Reino polonês, a Lituânia, a Liflândia, a Estlândia, a Curlândia e as partes ocidentais da Rússia, já ocupadas pelas forças alemães, e a Finlândia eram alvos de anexação alemã. As perdas humanas russas na Primeira Guerra mundial, segundo fontes diferentes, variaram de 1.861.000 e 2.500.000, sendo acrescidos por 3.638.000 dos prisioneiros e desaparecidos e ainda por 2.762.000 feridos, totalizando mais de 8 milhões de pessoas atingidas pela guerra. (POKHLIEBKIN: 1999, p.57)

Segundo a historiografia soviética, a negociação da paz com o objetivo de se retirar da Grande Guerra tornou-se um imperativo para a sobrevivência do Estado soviético na parte não ocupada da Rússia. Concordando com a paz “vergonhosa” com potências centrais, que daria “fôlego” ao governo bolchevique para defender o país da contrarrevolução, Vladimir Lênin teria previsto uma pouca duração do Tratado de Paz, revogado após a “revolução de novembro de 1918, que derrubou a monarquia de Kaiser”.(DIPLOMATICHESKIY: 1994, p.155) Refletindo fortemente o paradigma estadocêntrico, a historiografia soviética ocultava o lado ideológico das negociações e da conclusão da paz. Dentro do paradigma revolucionário, a Paz de Brest¹ estava ligada a uma questão mais geral do que a sobrevivência da Rússia e do Estado soviético – ou seja, à questão da revolução mundial. A vitória da revolução mundial aconteceria, segundo o imaginário dos sociais-democratas europeus, a partir da deflagração da revolução na Alemanha, país na vanguarda do capitalismo desenvolvido. O líder bolchevique Vladimir Lênin seria, neste cenário, confinado a um papel de dirigente de uma ala russa do movimento socialdemocrata, embora radical, mas incondicionalmente subsidiária, se irrompesse uma revolução comunista na Alemanha. (FELSHTINSKY: 1991, p.8) As alas bolchevique e menchevique da socialdemocracia russa, ao acreditarem na vitória final de socialismo no mundo inteiro, apostavam na revolução na Alemanha, no apoio do proletariado socialista da Europa, que poderiam “salvar a revolução russa”, “lutando ativamente para pôr fim à guerra mediante uma paz democrática” (TSERETELI apud FELSHTINSKY: 1991, p. 9).

Porém, depois de Outubro de 1917, diferentemente do período anterior à revolução,

1. A Paz de Brest é a designação da Paz e do Tratado da Paz de Brest-Litovsk na historiografia soviética e russa.

esta questão teórica – a da revolução mundial – começou a ser avaliada do ponto de vista bem prático: o que importava mais: manter a todo custo o poder soviético na Rússia, onde a revolução socialista já aconteceu ou tentar incentivar uma revolução na Alemanha, mesmo às custas da perda do poder soviético na Rússia?

Se para a maioria de sociais-democratas a revolução na Alemanha foi avaliada como premissa e única garantia da manutenção de poder pelo Estado soviético também da Rússia, o ponto de vista de Lênin era diametralmente oposto a esta visão. Para ele, o bolchevismo não apenas conquistou o poder na Rússia, mas criou um fundamento para o avanço da revolução mundial e premissas para a deflagração de uma revolução comunista inclusive na própria Alemanha, da qual dependeria a vitória final do socialismo no mundo inteiro. A partir de outubro de 1917, Lênin atribuiu a si próprio um novo papel: para ele, chegou a hora de alcançar a vitória da revolução mundial sob a direção de seu partido e para a Rússia assumir e manter a liderança no movimento internacional socialista. (FELSHTINSKY: 1991, p. 10-11) Portanto, a ideia da revolução na Alemanha passou para o segundo plano diante da revolução vitoriosa na Rússia.

À luz desta mudança do paradigma e da visão de Lênin sobre a eventual revolução na Alemanha deve ser examinada a história das negociações em Brest-Litovsk de dezembro de 1917 a março de 1918, que acabaram pela assinatura do Tratado de Paz com a Alemanha e os países da Quadrupla Aliança.

A lógica de Lênin, nunca compreendida pelos líderes da ala radical do bolchevismo, foi seguinte: a) para que uma revolução na Alemanha acontecesse, a Rússia deveria sacrificar o poder soviético, já conquistado, lutando e perdendo provavelmente sua independência, de face à ofensiva alemã de 1917-1918; b) para resguardar a vitória da revolução na Rússia, uma eventual revolução na Alemanha não deveria acontecer, porque, neste caso, a Rússia se defrontaria com a Entente imperialista, sem qualquer proteção da parte da Alemanha, que sucumbiria com a revolução. (FELSHTINSKY: 1991, p. 12)

Um tratado de paz daria um “folego” não somente à Rússia, mas sobretudo à Alemanha, que melhoraria a posição estratégica e interna, e afastaria uma situação revolucionária, protegendo, destarte, a revolução na Rússia. Ainda em dezembro de 1917 os esquerdistas alemães tentaram impedir o início das negociações de paz entre a Rússia e a Alemanha, sob o pretexto de que um tratado de paz destruiria a expectativa de uma revolução na Alemanha. O líder dos comunistas alemães Karl Liebknecht via a garantia da vitória da revolução mundial na conquista de uma revolução alemã na Alemanha. Lênin via a questão de maneira diferente. Para ele, a revolução mundial aconteceria com a fortificação da revolução da Rússia, num jogo em cima das contradições entre a Quadrupla Aliança e a Entente. Liebknecht via a revolução mundial através da ótica de uma derrota da Alemanha na guerra. Lênin, ao avalizar a paz em separado, visava a manutenção da Alemanha na guerra quanto mais possível, temendo que o poder soviético seria derrubado pela Entente ou pela própria Alemanha, logo após a assinatura da paz no front ocidental. Mais simplesmente, com a conclusão da paz com a Alemanha, Lênin e seu partido continuariam no poder, mas sem o acordo com os alemães, eles perderiam este poder. (FELSHTINSKY: 1991, p. 12-14)

Na sua resposta à carta de Herman Fernau, socialdemocrata suíço, que apontou para

uma contradição na política do partido bolchevique entre o Decreto da Paz, em que o governo soviético apelava aos trabalhadores dos países beligerantes a ajudar a Rússia de acabar com a exploração dos povos através da revolução mundial, e o fato da condução das negociações de paz com os países imperialistas, como a Alemanha e os aliados, Lênin escreveu: “Nós gostaríamos de salvar o nosso povo, que está perecendo por causa da guerra e ao qual esta paz é indispensável. Será que o senhor exige que, se os outros povos ainda se deixam ser exterminados, o nosso povo deveria fazê-lo também em prol de solidariedade?” (Lênin apud MILLER: 1997, p. 133)

1. As negociações de Brest e a conclusão do Tratado da Paz

Os primeiros contatos realizaram-se em 20 de novembro 1917, na cidade de Brest-Litovsk, centro distrital da província de Grodno, quando a delegação russa, dirigida por Lev Kamenev, presidente do VTsIK¹, propôs a conclusão da “paz democrática”, declarada no Decreto, a “sem anexações e sem indenizações”, que foi rejeitada pelos negociadores das potências centrais. As negociações formais de paz, que tirariam a Rússia da guerra, começaram em 02 de dezembro de 1917, à revelia da convenção militar, celebrada entre os aliados da Entente em 1914, que proibia acordos pacíficos com adversário. Elas foram conduzidas por Adolf Ióffe, da cúpula do partido bolchevique, e, em seguida, por Leon Trotsky, comissário do povo para assuntos estrangeiros. Contudo, elas não detiveram o avanço das forças alemãs sobre a parte europeia da Rússia, que continuaram a ocupando, usando como pretexto a protelação das negociações pela parte do governo bolchevique.

A Polônia, as partes ocidentais da Rússia, as províncias bálticas de Curlândia, Estlândia, Liflândia, bem como partes das regiões da Anatólia Oriental na Transcaucásia, foram ocupadas pelos adversários da Rússia na Grande Guerra. As condições impostas pela Alemanha e os aliados, ou seja, a desistência a favor das potências centrais de todos os territórios do Império Russo em posse dos alemães e de seus aliados, avançadas nas negociações em 19 de janeiro de uma forma impositiva, provocaram debates acalorados dentro do partido bolchevique e entre os bolcheviques e socialistas-revolucionários (SRs) de esquerda, esse últimos categoricamente contrários à celebração de tratado da paz. A situação complicou-se depois da conclusão de um tratado da paz da Alemanha com a Rada Ucraniana² em 09 de fevereiro de 1918, que reconheceu a independência da República Popular da Ucrânia, estabelecida na parte ocupada pelos alemães.

A tática de protelação das negociações resultou do dilema que estas criavam para o governo bolchevique. Tentando conter a divisão dentro do partido e o rompimento com os SRs, bem como evitar uma repercussão negativa da pacificação com a Alemanha do Kaiser no seio da socialdemocracia europeia, Lênin e Trotsky, embora em medidas diferentes, atrasavam ao máximo a conclusão da paz, na expectativa de que a revolução na Alemanha se deflagraria de uma hora para outra, concordando em aceitar as condições predadoras da paz apenas depois de uma nova ofensiva das tropas alemãs e não ante o ultimato.

Em 10 de fevereiro, Lev Trotsky rejeitou o ultimato alemão, rompeu as negociações

1. VTsIK – abreviação do Comitê Central Executivo do Congresso dos Sovietes da Rússia (órgão executivo, legislativo e fiscalizador na Rússia soviética entre 1917 e 1936; de fato, o governo bolchevique).

2. Rada Central – a designação do governo independente da Ucrânia em 1917-1918.

e, ao repetir o slogan, aprovado em 11 de janeiro de 2018 pelo Comitê Central do partido “terminamos a guerra, não concluímos a paz, desmobilizamos o exército” (Apud OTECHES-TVENNAYA: 2003, p. 172), retirou-se com a delegação oficial russa de Brest-Litovsk. No dia 18 de fevereiro as forças armadas alemãs relançaram uma ofensiva geral sobre todo o front com a Rússia, forçando o governo russo a transferir a sua sede de Petrogrado a Moscou, abandonando a capital sob a iminência de ocupação pelas forças inimigas. No dia seguinte, Lênin e os seus partidários bolcheviques conseguiram, sob o pretexto de ganhar um “fôlego” na guerra, convencer os oponentes dentro do seu partido a aceitar a conclusão de um tratado de paz com as potências centrais. No dia 28 de fevereiro as negociações foram retomadas sob a direção da parte russa pelo membro do Comitê Central do partido Grigóri Sokolnikov.

Assinado em 03 de março de 1918 entre a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR), por um lado, e as potências centrais - a Alemanha, o Império Áustro-Húngaro, a Bulgária e a Turquia, por outro, e complementado por mais quatro tratados, firmados entre a RSFSR e cada um dos adversários, com a participação de todas as outras partes, o Tratado de Brest estabeleceu as condições onerosas da anexação de um território enorme, equivalente a um (01) milhão km², povoado por 56 milhões de pessoas, ou seja por um terço da população do antigo Império Russo, com o potencial industrial e agrícola sem igual. As perdas territoriais equivaliam: a) na Europa: o Reino Polonês, a Galícia, da Bielorrússia Ocidental, a Curlândia, a Lituânia, parte da Letônia (Vidzeme, Riga), o arquipélago Moozund, tomadas pela Alemanha; b) no Cáucaso: as províncias de Ardagan, Kars e Batum, anexadas pela Turquia. Foi exigida a desmobilização imediata do exército czarista e do Exército Vermelho do governo soviético, a desminagem dos Mares Negro e Báltico e a retirada das tropas da RSFSR dos territórios ocupados ou cedidos à Alemanha e seus aliados. Entre as condições políticas de vulto estava a obrigação de conclusão do tratado da paz com a República Popular da Ucrânia e o reconhecimento dos tratados desta república com a Alemanha e os aliados. (POKHLIEBKIN: 1999, p. 71-75)

Ao reconhecer a independência da Polônia, da Ucrânia, da Finlândia, das províncias bálticas e a secessão da Transcaucásia quase inteira à Turquia, a Rússia bolchevique se encolheu aos espaços territoriais comparáveis com a época do Pedro, o Grande, no início do século XVIII.

Quatro tratados complementares: a) russo-alemão, b) russo-áustro-húngaro, c) russo búlgaro, d) russo-turco, discorriam sobre o restabelecimento de relações diplomáticas, a manutenção de tratados anteriores, não conflitantes com o de Brest, a troca de prisioneiros de guerra e de internados, a devolução de navios mercantes apreendidos, o restabelecimento de comunicações postais e telegráficas.

O caráter predador da política alemã foi novamente comprovado por um tratado financeiro adicional entre a Rússia e a Alemanha, assinado em 27 de agosto de 1917. Por este tratado a Rússia contribuiu para Alemanha com seis bilhões de marcos alemães: deste valor, um e meio bilhão em ouro, um bilhão em fornecimento de mercadorias (gado, cereais, produtos agrícolas, curtume, lã e outros), dois e meio bilhões, ao adquirir empréstimos alemães. (POKHLIEBKIN: 1999, p. 83-84). A totalidade quase completa de valores foi entregue à Alemanha antes que o Tratado fosse revogado.

O Tratado e seus complementos encontraram uma resistência ferrenha durante a discussão no VTsIK, e a seguir, no VII Congresso Extraordinário do RKP(b)¹ e foram ratificados em 15 de março de 1918 pelo IV Congresso Extraordinário de Sovietes da Rússia com 784 votos a favor, 261 contra e 115 abstenções. Depois da ratificação o partido bolchevique perdeu o seu único aliado desde o golpe de outubro de 1917 – partido de SRs de esquerda, que abandonou o governo em protesto contra o Tratado. Os SRs tentaram fazer com que o Tratado fosse revogado ao ter planejado e executado um ato terrorista contra Mirbach, o embaixador alemão em Moscou, assassinado em 6 de julho de 1918. Em retaliação ao assassinato do embaixador alemão em Moscou em julho de 1918 pelos SRs de esquerda, o governo bolchevique banuiu o partido dos SRs, esmagou brutalmente uma série de insurreições camponesas e populares na Rússia Central, e recorreu, logo após o atentado em 30 de agosto de 1918, perpetrado pelos SRs à vida de Lênin, a uma campanha de terror em massa (“terror vermelho”), justificando-se com os atos de terror, cometidos pelas forças “brancas” (“terror branco”).

1. O Impacto do Tratado de Brest sobre o Cáucaso do Sul

O derrubamento do governo provisório em Outubro de 1917 e a conclusão da Paz de Brest provocaram: a) a divisão das forças políticas e a posterior instalação de uma ditadura unipartidária; b) a desintegração territorial da Rússia; c) as invasões alemã, turca e romena, seguidas das anexações do território russo, justificadas formalmente pelo Tratado de Paz; d) uma sangrenta guerra civil, acompanhada das intervenções da Entente, britânica, francesa, estadunidense, japonesa, checoslovaca; e) um isolamento diplomático e um embargo econômico do novo governo soviético. No interior da Rússia surgiram governos autônomos que proclamaram a independência: a República Popular da Ucrânia, ela própria palco de uma guerra civil, a República Socialista Soviética Bielo-Russa, o Emirado do Norte de Cáucaso, a República Federativa da Transcaucásia, que se dividiu mais tarde em três repúblicas independentes – Azerbaijão, Armênia e Geórgia. Surgiu a República do Extremo Oriente com a capital em Vladivostoque. O governo do movimento branco (1918-1920) foi estabelecido no território da Rússia, sob a autoridade do Governador Supremo da Rússia Aleksandr Koltchak, que derrubou o Governo Provisório na Sibéria em novembro de 1918. O Cazaquistão passou para o controle dos cossacos “brancos”. Em Tachkent foi proclamada a República Soviética do Turquestão, enquanto em Cocand surgiu um *Mukhtariat* (autonomia) do Turquestão. O Japão e os Estados Unidos intervieram a Rússia no Extremos Oriente e os Estados Unidos no Norte da Rússia, desde 1918.


No que se refere repercussão do Tratado sobre a região da Transcaucásia, o tratado russo-turco, complementar ao Tratado de Brest, estabeleceu: a) a retirada das forças armadas russas do território turco, acrescido da Anatólia Oriental; b) uma limitação dos efetivos militares até uma divisão a fim de proteger a fronteira; c) a dissolução dos destacamentos nacionalistas armênios (*dashnaque*); d) o estabelecimento posterior da fronteira pela comissão mista de demarcação, a partir da confluência das três fronteiras entre a Pérsia, a Turquia e a Rússia (segundo as realidades territoriais de 1880), da fronteira russo-turca (segundo as disposições do Tratado de Berlim pós guerra russo-turca de 1877-1878); e) a concessão de *exequatur* a cônsules dos dois países; f) a revogação de todos os tratados antigos e a conclusão de novos; g) reconhecimento do direito de cidadãos muçulmanos da Rússia a emigrar para a Turquia, se assim desejassem. (POKHLIEBKIN: 1999, p. 76-78)

1. RKP(b) – Partido Comunista da Rússia (bolchevique), nome do partido bolchevique (1918-1925).

As condições deste tratado complementar foram tão predadoras quanto as do Tratado de Brest e do tratado complementar russo-alemão. As novas fronteiras russas recuavam até os limites anteriores à guerra russo-turca de 1877-1878, durante a qual a Bulgária, os povos balcânicos e os povos da Ásia Menor, sobretudo, armênios, foram libertados do jugo otomano e os direitos territoriais do Reino da Romênia foram firmemente estabelecidos. Como é sabido, o Tratado de Berlim, substituindo o de San Stefano, diminuiu o alcance das vitórias russas contra o Império Otomano, sem, todavia, prejudicar os direitos adquiridos dos povos cristãos. O Tratado de Brest deu ao Império Otomano a vantagem de se projetar sobre todo o Cáucaso do Sul, podendo se tornar uma potência com o maior peso estratégico e político na região. A dissolução dos destacamentos armênios nacionais (*dashnaques*), na ausência de proteção de forças russas, pressupunha a aniquilação de qualquer resistência que a Armênia podia oferecer ao governo turco, abrindo-se espaço para a continuidade de massacres em massa, iniciados em 1915. Além disso, incentivava-se a emigração de muçulmanos da Rússia para a Turquia, facilitada por consulados turcos na Rússia, criando-se destarte um estímulo ao confronto étnico-religioso no Cáucaso e em outras regiões muçulmanas russas e visando um enfraquecimento e, em seguida, um desmembramento do antigo adversário dos otomanos.

Mais um tratado entre a Rússia e a Quadrupla Aliança, adicional ao Tratado de Brest, de 27 de agosto de 1918 estabeleceu, entre outros artigos, os específicos sobre o Cáucaso: a) a Alemanha retirará suas tropas dos territórios do Mar Negro, aquém do Cáucaso; b) a Rússia aceita o reconhecimento pela Alemanha da Geórgia como Estado; c) a Alemanha não apoiará nenhum outro país no Cáucaso do Sul, exceto a Geórgia; d) a Rússia auxiliará a produção de petróleo em Baku e fornecerá à Alemanha 25% da produção, mediante pagamento estabelecido. (POKHLIEBKIN: 1999, p. 82-83) As cláusulas do Tratado de agosto de 1918 visavam fortalecer a situação estratégica de fato, que, depois do recuo da Rússia do Cáucaso do Sul, a Alemanha estabeleceu na Geórgia, um novo país caucasiano do Mar Negro. Em demonstrar o desinteresse pela Armênia, insulada entre a Geórgia, o Azerbaijão e o Irã e, obviamente, um alvo de uma anexação turca, e definir em termos concretos um relativo interesse econômico pelo Azerbaijão, considerado zona de influência turca, a Alemanha manifestou em 1918 seus propósitos anexionistas e colonialistas. A ocupação pela Alemanha do porto de Batum da Geórgia, “aquém do Cáucaso”, era difícil sobrestimar, porque foi este porto do Mar Negro que recebia o petróleo de Baku através do oleoduto transcaucasiano.

Os movimentos políticos da Transcaucásia viram no Tratado um resgate do poder soviético às custas do Cáucaso do Sul e haviam recusado de mandar delegações para as negociações de Brest. Em 27 de fevereiro o social democrata georgiano Jordânia propôs transformar a Dieta Transcaucasiana em Assembleia Constituinte e concluir uma paz em separado com a Turquia, dizendo que “a Transcaucásia não assinará a paz como a de Brest: melhor morrer”. (Apud FELSHTINSKY: 1991, p. 317-318) Entendendo que a Rússia soviética decidiu sacrificar o Cáucaso para aliviar suas condições da paz, os partidos socialdemocratas, principalmente a da Geórgia, resolveram concluir a paz “democrática” com a Turquia, “sem anexações”, uma “paz honrosa” (Ibidem, p. 318). Depois da assinatura do Tratado de Brest, a Dieta e o governo transcaucasiano mandaram um protesto aos governos dos países beligerantes, em que se dizia que o tratado é firmado sem consentimento e conhecimento dos governos transcaucasianos e por isto é desprovido de força legal. No Cáucaso do Sul o fato da conclusão da paz significava



a anexação turca de Kars, Batum e Ardagan e a posterior ocupação da Transcaucásia pela Alemanha e pela Turquia.

Além disso, o governo da Transcaucásia não reconheceu o poder soviético e achava que a sua independência deste poder precisa ser reconhecida pela Turquia e o fato de que o Tratado de Brest não pode nem deve se aplicar à Transcaucásia. A Turquia foi notificada do não reconhecimento do Tratado. O governo da Transcaucásia propôs negociações de paz em separado com a Alemanha e a Turquia. Pelas razões diferentes os dois países não levantaram objeções. A Alemanha, porque conforme o Tratado, não receberia territórios no Cáucaso e ao mesmo tempo garantiria que a Turquia não cresceria às custas de novas anexações. Quanto a Ardagan, Batum e Kars, não havia preocupação porque a questão de manter estes territórios já estava na alçada turca. A Turquia esperava aproveitar-se da fraqueza do Estado transcaucasiano insipiente e pretendia submeter ao seu domínio e anexar outros territórios no Cáucaso não abrangidos pelo Tratado de Paz.

A conferência de paz entre a Transcaucásia e a Turquia começou em 14 de março de 1918 em Batum. A delegação turca rejeitou a declaração da delegação transcaucasiana sobre o reconhecimento da invalidez do Tratado de Paz de Brest, no que se referia ao Cáucaso, avançou condições, sob forma de ultimato, de que a Transcaucásia declarasse a independência e a forma de governo, antes que as negociações estivessem encetadas, não reconheceu reivindicações transcaucasianas sobre Batum, Kars e Ardagan.

As negociações da delegação da Transcaucásia com a Turquia tiveram os dois principais motivos. Os políticos transcaucasianos entendiam que declarar o Cáucaso do Sul uma parte integrante da Rússia, em oposição à Turquia, significaria ser envolvido na guerra civil russa. Por outro lado, declarar a independência no meio de um conflito mundial significaria defender-se com suas próprias forças que seriam insuficientes contra invasões externas, dos países e das autonomias do Cáucaso, da Entente e, sobretudo, da Turquia. A população russa do Cáucaso do Sul, que tinha representantes na Dieta, estava contra a separação do Cáucaso do Sul da Rússia. O Birô provisório do soviete nacional russo não reconhecia o governo soviético, nem o Tratado de Paz, mas considerava que deve ser estabelecida a união com forças democráticas da Rússia para se opor à Paz de Brest. A Turquia estava interessada na independência do Cáucaso do Sul, porque desta forma a Transcaucásia se desligaria da RSFSR e poderia ser facilmente dominado. Mas o Cáucaso do Sul enfrentava o risco de intervenção e de anexação de mais territórios. Depois do ultimato turco, a delegação transcaucasiana cessou a negociações e deixou Batum em 14 de abril. Turcos ocuparam Batum no mesmo dia, por falta de qualquer resistência, e as negociações, mais parecendo tratativas de rendição, foram retomadas.

Em 22 de abril foi proclamada a independência da República Federativa Transcaucasiana e em 23 de abril o novo governo reconheceu as condições da Paz de Brest. Em 5 de maio recommençou a conferência de Batum em que a Turquia anunciou novas reivindicações territoriais. A Alemanha se ofereceu como mediadora, mas, sem ter o poder de influenciar resultados, se retirou em 25 de maio da conferência.

A Geórgia, vendo que poderia ser ocupada pela Turquia, declarou a separação da Federação e a sua independência em 26 de maio. No dia 28, a Geórgia concluiu em Poti um acordo

preliminar sobre a presença das tropas alemães no país, trocando a ocupação turca pela alemã. Em 27 e 28 de maio as independências foram proclamadas pela Armênia e pelo Azerbaijão respectivamente.

Através da mediação da Alemanha, a Geórgia e a Armênia concluíram em 4 de junho acordos de paz e de amizade com a Turquia. Mas a Armênia deparou-se com a situação de fragilidade, porque não alcançou acordo com a Alemanha sobre a permanência de suas forças armadas na Armênia. No mesmo mês a Turquia entrou em guerra contra a Armênia.

O Azerbaijão não firmou uma paz em 1918 com a Turquia, porque o país (região de Baku e do Cáspio) foi governado pela Comuna de Baku (coalizão de bolcheviques, *dachnaques*, soldados russos, representantes dos soviets). A Comuna teve uma postura anti-turca e se colocava contra a paz com a Turquia, mobilizando as forças para rechaçar qualquer avanço turco. Numa expectativa de invasão turca, o Soviete de Baku aprovou em junho de 1918 um convite aos aliados da Entente por uma margem estreita de 259 votos a favor e 236 contra.


Os bolcheviques, ainda pro-germânicos em julho de 1918, estavam contra a presença dos britânicos. A Comuna de Baku foi substituída pela Ditadura Ciscaspiana (comitê executivo e comando da flotilha), que não teve forças para defender Baku. A força britânica de Dunster-ville (Dunsterforce) de 1100 soldados, que entrou no Azerbaijão, não pôde reverter a situação, quando enfrentou 11 000 soldados turcos. Em 15 de setembro os britânicos abandonaram a cidade de Baku. No dia seguinte os turcos entraram na cidade. Em 17 de novembro de 1918 os britânicos, já em armistício com os turcos, entraram novamente em Baku sob o comando do general Thompson, seguindo depois para a Geórgia e a Armênia. Desta forma, as ocupações pelas potências centrais foram substituídas por as da Entente.

O Tratado de Brest abriu caminho, primeiro, à ocupação do Cáucaso do Sul pelas potências centrais, depois, à intervenção estrangeira da Entente ao Cáucaso do Sul, que, depois da desocupação dos territórios russos pela Alemanha e pela Turquia em novembro de 1918, ficou desprovido da proteção da Rússia. Foi aberto um vazio de poder para invasões da Inglaterra, da Turquia, que começaram a ocorrer no Cáucaso do Sul, com o beneplácito e em conluio com os movimentos “brancos”, cossacos, demais movimentos opostos ao poder soviético.

1. Conclusão

Os movimentos “brancos” e movimentos políticos de oposição no território russo, não controlado pelo poder soviético, não reconheceram a Paz de Brest, atribuindo aos bolcheviques a culpa pelo desmembramento da Rússia e pela eclosão de uma guerra civil. As ocupações alemã e turca pós-Brest foram as duras realidades. A Paz de Brest foi tida como uma rendição incondicional diante do inimigo, concluído em violação ao princípio da paz democrática “sem anexações e sem indenizações”, proclamada no Decreto da Paz.

O Tratado traçou uma linha divisória tanto na política interna russa e no meio da sociedade, quanto na política externa e internacional, expondo a Rússia ao desmembramento territorial e ao surgimento de entidades territoriais nacionais separadas, encontrando-se sob ocupação e conflitos civis, suscetíveis à formação de movimentos internos de oposição ao poder dos bolcheviques, ao intervencionismo pela Entente, cuja pacificação com os inimigos foi tida




como traição dos compromissos comuns na guerra contra as potências centrais.

Três reflexões, referentes à repercussão da paz de Brest-Litovsk sobre a posterior história russa e soviética, precisam ser assinaladas.

A paz, denominada nas discussões de Petrogrado e Moscou em 1918 de “vergonhosa”, “desgraçada”, “obscena”, “humilhante”, “predadora”, “de pilhagem”, “de rendição”, “de traição” custou à Rússia bolchevique não só a perda do prestígio de uma grande potência, mas, sobretudo, a sua exclusão do elenco dos aliados e do concerto das potências da Entente. Os planos do desmembramento da Rússia começaram a ser urdidos desde e em consequência da Paz de Brest. Os Quatorze Pontos de Woodrow Wilson, no seu contexto geral e nos assuntos particulares da Polônia e do Báltico, a “conspiração dos embaixadores” em Moscou, a ruptura generalizada das relações diplomáticas com a Rússia soviética em 1918, o posicionamento da Entente ao lado das forças armadas “brancas” no conflito civil eram as consequências da desaprovação da política do governo bolchevique por motivo de sua aderência a um curso pró-germânico.

Segundo, a realidade de “pilhagem”, emanada da Paz de Brest, que estipulou anexações e indenizações gigantescas da parte da Rússia, dissipou ilusões da Entente quanto às propostas alemães de paz, formuladas no fim de 1916. Justamente, a verdade brutal sobre a Paz de Brest fez as classes políticas e as sociedades europeias pensar em uma possibilidade da ocupação da França, da Itália e dos territórios dos aliados da Entente pelos alemães e seus aliados, assim enfraquecendo a obsessão dos combatentes com as ideias do internacionalismo proletário, que os aproximaria do fim da Grande Guerra, e fortificando as ideias do patriotismo, do nacionalismo e da luta contra a Alemanha até o fim vitorioso. Segundo Evguênii TARLE, “Não foi a conclusão da paz com a Rússia, mas foram as condições predadoras desta paz que prejudicaram a Alemanha”.(TARLE: 2001, p. 636) As negociações de Brest custaram muito aos aliados russos da Entente. Transferindo tropas do front da Rússia para o Ocidente as forças armadas da Áustria-Hungria e da Alemanha, nos Alpes e no norte da Itália, no fim de 1917, teriam tirado o exército da Itália do combate, se não fosse o reforço dado à Itália pelas tropas anglo-francesas sob o comando do marechal Foch.(ISTORIYA ROSSII: 2017, p. 636-637) A ofensiva alemã da primavera (março – maio de 1918) na França, durante a qual os exércitos franco-britânicos-norteamericanos da Entente perderam quase meio milhão de soldados e oficiais, tampouco teria sido possível sem a Paz de Brest.

Terceiro, a paz de Brest produziu um efeito inesperado sobre o conflito teórico no movimento comunista. A ideia da paz com a Alemanha não estava bem-vista entre a maioria dos bolcheviques, seus aliados e seus simpatizantes. O que alimentavam os líderes bolcheviques e os seus partidários foi a ideia da transformação de uma guerra imperialista em uma revolução proletária de dimensões globais, ou, segundo o slogan de Lênin, da “transformação da guerra imperialista em uma guerra civil” dos proletariados nacionais contra governos imperialistas. (ISTORIYA ROSSII: 2017, p. 608) Portanto, a paz, firmada com um país imperialista, segundo os cânones estadocêntricos, foi um desvio do pensamento comunista. A paz foi vista como uma deturpação dos ideais socialistas e comunistas, um retrocesso na luta pela revolução mundial, um revisionismo inadmissível e danoso não apenas à Rússia e à Alemanha, mas aos movimentos proletários de outros países europeus. O reatamento das relações diplomáticas do governo soviético com o Império do Kaiser Guilherme II, em plena guerra mundial, decepção




nou os partidos e movimentos socialistas que apoiavam os bolcheviques e que se encontravam influenciadas pela propaganda de sociais-democratas quanto à derrota do “imperialismo”, dos seus próprios governos em guerra, e à vitória da classe trabalhadora em escala mundial. A paz foi aprovada e ratificada somente na expectativa de os bolcheviques se lançarem, quando as condições “amadurecessem”, sobre os países, onde a situação revolucionária fosse favorável a uma revolução social, como a própria Alemanha. Os bolcheviques, atendo-se ao paradigma revolucionário, continuavam a se imaginar como estando no epicentro da revolução mundial e apoiavam a fundação de partidos comunistas na Europa e no mundo. Em março de 1918 esta visão doutrinária obteve a forma de organização mundial, fundada em Moscou - a Internacional Comunista.

É lugar comum afirmar, como fazem vários historiadores, que a paz de Brest providenciou aquele “fôlego” que a Rússia precisava para sobreviver como Estado. De acordo com esta interpretação, Lênin agiu como um verdadeiro estadista, salvando a Rússia da desintegração, ajudando a recuperar forças para que fossem defendidos o país e o poder soviético da contrarrevolução. Pois, então, mesmo que a Rússia aproveitasse esse “fôlego”, às custas gigantescas e inestimáveis, ela nem por isto sobreviveria, caso a Alemanha se recuperasse e tivesse êxito nas suas ofensivas ocidentais na primavera e em meados de 1918 contra a Entente e depois retornasse para a Rússia como vencedora para uma nova pilhagem.

O movimento “branco” opôs ao regime bolchevique uma vontade irresistível de esmagar o poder soviético pela força das armas, contando com o apoio da Entente, cuja intenção de agregar aos objetivos da destruição do poder dos bolcheviques o propósito da defesa de seus interesses econômicos em relação à Rússia (indenização das expropriações da propriedade estrangeira, dívidas referentes aos empréstimos contraídos pela Rússia antes e durante a Grande Guerra) motivou a intervenção da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão e de outros países aliados contando com o total de 202 mil efetivos militares no território da Rússia já no mês de fevereiro de 1919. A divisão da sociedade russa depois do início do conflito civil foi agravada pela crescente brutalidade do regime nas condições da guerra em 1918.

A vitória dos bolcheviques na guerra civil, finalizada em 1922 no Extremo Oriente da Rússia, deveu-se à instauração do “comunismo de guerra”, a um terror em massa e à mobilização forçada, bem como ao uso do discurso ideológico. Os “brancos”, dispersados em várias frentes, no norte, no sul e no leste, eram desunidos, não possuíam programas políticos que apelassem à população, tinham posturas conflitantes com a Entente e, além de tudo, provocaram reações adversas dos movimentos nacionalistas na Ucrânia e no Cáucaso, que, em vez da “Rússia unida”, visavam a desintegração do Império e independências nacionais.

A sovietação do Cáucaso, que ocorreu em 1920-1921, baseada nas ações políticas e na luta armada dos movimentos políticos nacionais, simpatizantes com a Rússia e com a ideologia soviética, devido, sobretudo, à participação das forças armadas soviéticas na recuperação dos territórios do antigo império e em função dos acertos político-estratégicos e jurídicos (Tratados de Moscou e de Kars de 1921) entre a RSFSR e a Turquia e as Repúblicas Transcaucasianas e a Turquia, significou um avanço importante na consolidação do poder da RSFSR no sul do Cáucaso e nos Mares Negro e Cáspio.



Em julho de 1918 o V Congresso dos Sovietes da Rússia adotou uma Constituição da República Federativa Soviética Russa (RFSR), que, contrariamente às normas constitucionais tradicionais, proclamou o princípio classista da organização de poder (a ditadura da classe do proletariado sobre as outras) e o usufruto específico de direitos democráticos (sempre em benefício das classes exploradas), que vigeriam num futuro contexto da extinção de classes e do próprio estado, como forma de poder político.

Sem que se faça uma ligação direta desta ação política com a Paz de Brest, é de assinalar que a discussão e a adoção da Lei Fundamental em 1918 aconteciam em condições de um país ocupado pelas potências estrangeiras, sitiado dentro do cerco de inimigos externos, em meio de um grave conflito com forças políticas e com a sociedade. Obviamente, a sobrevivência de Estado, por um fio de *debellatio*¹, não podia ser garantida com base em propósitos de “paz democrática”.

As medidas políticas e jurídicas, necessárias para a consolidação do poder soviético, resultaram na fundação da União Soviética, em 30 de dezembro de 1922, ratificada pelo I Congresso dos Sovietes da União. Vários projetos da unificação do espaço pós-imperial (um deles, um estado unitário, proposto por Zinoviev, o outro, a confederação das repúblicas soviéticas, defendido por Rakovsky e o terceiro, um meio-termo entre os dois, o de “autonomização”, preconizado por Stalin) cederam à ideia de Lenin, que achou que a maneira mais sensata e mais segura, que permitiria evitar o aguçamento de nacionalismos e separatismos, deveria ser a constituição de uma união voluntária das repúblicas, iguais em direitos, com o reconhecido direito à secessão. A Rússia entrou nesta união em pé de igualdade com as outras repúblicas socialistas soviéticas - Transcaucásia, Ucrânia, Bielo-Rússia. Em 1922, os fundadores da URSS nutriam esperanças de que uma revolução mundial não tardaria a chegar e a União Soviética crescerá à custa de novos países.

A Paz de Brest teve uma vigência curta, foi revogada pela Rússia em 13 de novembro de 1918, dois dias depois da conclusão do armistício entre a Entente e a Alemanha. Tendo constituído uma razão fundamental para o desmembramento da Rússia no fim da Primeira Guerra Mundial e contribuído para a eclosão da Guerra Civil e para as intervenções estrangeiras na Rússia em 1917-1922, a Paz de Brest mudou o quadro da política europeia e mundial, arrancando a Rússia da Entente e isolando-a dos arranjos político-territoriais da Conferência da Paz em Paris. A União Soviética precisou de um quarto de século para superar as consequências desastrosas desse tratado, defender-se das invasões estrangeiras, sair do isolamento político-diplomático, resgatar os territórios anexados e recuperar em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, o *status* de grande potência, perdido na Primeira Guerra Mundial, embora as consequências político-sociais do impacto da Paz de Brest durassem ainda além da desintegração da União Soviética em 1991.

Bibliografia

1. Do latim, *debellatio* (destruição completa de um estado pela guerra).

DIPLOMATICHESKIY slovar. V triokh tomakh. Tom 1. Moskva: Nauka, 1984 (em idioma russo)

FELSHITSKIY, Yuri. Krushenie Mirovoi Revoliutsii. Ocherk pervyi: Brestskii mir. Oktiabr' 1917 – noiabr' 1918. London: Overseas Publications Interchange Ltd., 1991 (em idioma russo)

GRAJDÁNSKAYA VOINA I VOENNAYA INTERVÊNTSIA V SSSR. Moskva: Soviétskaya Entsiklopêdia:1983. (em idioma russo)

ISTORIYA DIPLOMÁTII. Tom 2 (1872-1919), Tom 3 (1919-1938). Pod redaktsiêi V.P. Potiómkina. Moskva: OGIZ, 1945

ISTORIYA ROSSII, XX viêk. Kak Rossiya chla k dvadtsátomu viêku. Ot natchala tsársrovania Nikolaia II do kontsa grajdanskoi voiny. Tom I. Pod redáktsiei A.B. Zúbova. MoskvA: Izdatelstvo “Э”, 2017. (em idioma russo)

LENIN, Vladimir Il'ich, 1870 – 1924. The Unknown Lenin. From the Secret Archive. Ed. by Richard Pipes. New Haven and London: Yale University, 1996.

LENIN, Vladimir. Report on Peace. Second All-Russia Congress of Soviets of Workers' and Soldiers' Deputies. October 26 (November 8) 1917. Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/oct/25-26/26b.htm> Acesso em 16 de agosto de 2018

LESAFFER, Randall. The Peace of Brest-Litovsk (3 March 1918). Oxford Public International Law. Disponível em: <http://opil.ouplaw.com/page/Peace-of-Brest-Litovsk> Acesso em 22 de novembro de 2018

MARIE, Jean-Jacques. História da Guerra Civil Russa: 1917-1922. São Paulo: Contexto, 2017

MILLER, V.I. Ostorojno, história! Moskva: ETTs, 1997 (em idioma russo)

OTECHESTVENNAYA Voiênnaya Istoriya. S drevneishikh vremión do nashikh dniêi. V triókh t. Moskva: Zvónnitsa – MG, 2003 (em idioma russo)

POKHLIEBKIN, V.V. Vniêchniaya polítika Rusi, Rossii e SSSR za 1000 liet v imienakh, datak i faktakh: Vyp. II – Vóiny i mírnyie dogovory. Kniga 3-ya: Evropa v piêrvoi polovine XX v. Moskva: Mezhdunarodnyie Otnochêniya, 1999 (em idioma russo).

TARLE, E.V. Polítika. Istória territorialnykh zakhvátov. XV-XX vieká: Sotchinênia. M., EKS-MO-Press, 2001 (em idioma russo).

TCHUBARIAN, A.O. Brestskii mir 1918 g. M., Gospolitizdat, 1963 (em idioma russo).